

# Empresariado agora defende reforma tributária

Queixa contra competição dos produtos estrangeiros ficou para trás em nome do crescimento

Rossana Alves e Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. O empresariado mudou o discurso. Até pouco tempo, a prioridade de nove entre dez empresários era a desvalorização do real para melhorar o desempenho das exportações e frear as importações. Agora, eles defendem a aprovação das reformas tributária, administrativa e previdenciária, vistas como a única saída para se garantir a retomada do crescimento econômico.

— Existe defasagem na taxa de câmbio, mas pode ser compensada pelas reformas. Com elas, teríamos redução de 15% nos custos. O câmbio já não tem tanta importância, porque é uma questão conjuntural — disse o coordenador do movimento Ação Empresarial, Jorge Gerdau, pouco antes da solenidade de comemoração do aniversário plano.

## Empresários estão preocupados com competitividade dos produtos

Para o empresariado, que lotaram o auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para ouvir o presidente Fernando Henrique Cardoso e pressionar pela aprovação das reformas, já passou o momento de a indústria ficar se lamentando da abertura econômica, que inundou o país de produtos importados e implicou o fechamento de empresas. A prioridade neste momento é dar condições de competição aos produtos nacionais, o que as mudanças na Constituição tornariam viável.

— O mais importante é dar condições de competição ao empresário nacional. O câmbio não é mais fundamental, e sim as reformas — reforçou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), Sinésio Batista,

até há pouco tempo um dos maiores críticos da abertura comercial.

Apesar de haver consenso em torno da necessidade das reformas, Governo e empresários têm divergências. O Governo insiste na administrativa e da Previdência. Os empresários defendem urgência na tributária. Para Gerdau, o sistema tributário é medieval, pois a maioria dos impostos é cobrada em cascata, o que aumenta o preço dos produtos.

Tomando por base estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), os empresários insistem em que a reorganização administrativa e previdenciária, associada à reforma tributária, permitiria ao país crescer 7% do

Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, mais que o dobro dos 2,9% do ano passado. Com uma taxa mais alta, seria possível gerar 1,8 milhão de empregos por ano, o suficiente para absorver os jovens que chegam ao mercado.

Apesar da preocupação dos empresários em afinar o discurso com o Governo, o presidente da CNI, Fernando Bezerra, não deixou passar a ocasião para reclamar das dificuldades que as empresas vêm enfrentando: câmbio valorizado, juros altos e abertura da economia aos produtos importados. Bezerra garantiu que as empresas não aguardariam esperar até 99 para ver as reformas aprovadas pelo Congresso.

— Não é trivial enfrentar simultaneamente uma política rigorosa de estabilização centrada em câmbio valorizado e juros elevados, a liberalização comercial e a necessidade de vencer as questões presentes nas revoluções gerencial e tecnológica que se desenvolvem no mundo — reclamou Bezerra.

Fernando Henrique tentou rebater as críticas. Segundo ele, o Governo adotou medidas para reduzir a carga tributária, entre as quais o fim da cobrança do ICMS sobre exportações e a redução do imposto de renda das empresas, além de incentivos às exportações e diminuição dos juros para o investimento industrial e o crédito agrícola. ■